

***ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E POS ABOLICÃO NO SERTÃO PRÓXIMO DO RIO DE JANEIRO.<sup>1</sup>***

***SLAVERY, LIBERTY AND POST ABOLITION IN THE NEAR HINTERLAND OF RIO DE JANEIRO.***

NIELSON ROSA BEZERRA  
Prof. Dr. York University, Toronto, Canadá  
bezerranielson@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo está voltado para uma reflexão sobre o território que atualmente se conhece por Baixada Fluminense e suas antigas definições de “roça” e “sertão próximo” no contexto de transição política entre o Império e a República. A partir de uma documentação da Casa de Detenção, é possível identificar as distinções demarcadas pelo território do indivíduo, classificando-o como uma pessoa que se vivia distante, uma forma de distanciar-lo do direito de ir e vir, sobretudo quando se tratava de pessoas que traziam na cor de sua pele as referências do trabalho escravo.

Palavras-chave: Escravidão, Liberdade, Cidadania, Pós Abolição, Sertão Próximo

**Abstract:** This article is a reflection on Baixada Fluminense and its previous definitions like “roça” and “sertão próximo” during a context of political transformation in Brazil between the end of 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries. From documents of Casa de Detenção, I have identified distinctions about people who lived outside Rio de Janeiro city, although they used to go there all the time. Those black people had not their complete civil rights because they brought references from slavery by their color skin.

**Key words:** Slavery; Liberty; Post Abolition; Near Hinterland of Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 21/03/2013 e aprovado para publicação em 15/05/2013.

Era o ano de 1895, o carro da casa de detenção circulava pelas ruas da capital fluminense. O preto José Antônio Duarte foi recolhido pelos agentes da detenção na noite de 21 de março, por conta de seu estado de embriaguez. Ele era filho de José Antônio Duarte e Esperança Maria da Conceição. Na sua ficha, sua descrição menciona ser de cor preta, rosto comprido, olhos pretos, feições regulares, sem barba, 1,67 m e sem sinais particulares. Não demorou muitos dias, o jovem cozinheiro José já havia sido liberado, mesmo que sua prisão tenha sido justificada por ser ele vagabundo e ébrio, sérias acusações para o Brasil que desejava ser moderno, cultivar a ordem e o progresso no então recente período republicano. Nosso personagem era natural da capital, mas seu endereço foi registrado como “morador na roça em Maxambomba”, em algumas palavras do delegado, no “Sertão de Maxambomba”. Além disso, sua ficha ainda dizia que, quando de sua prisão, ele trajava calça de sarja, camisa de flanela, paletó preto e chapéu de palha. Ao que consta, pela grande quantidade de registros no fundo da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, aquela situação era bem comum para o delegado: manter jovens bêbados e vagabundos alguns dias na prisão, pois a ordem deveria ser imposta, pela ação e pelo exemplo da Polícia, a primeirainstituição que a população de cor conhecia na representação do Estado republicano.<sup>2</sup>

O relato acima se destaca pela recorrente política de controle e de ordem social que marcou toda a dinâmica de transformações da capital federal durante os primeiros anos do período republicano brasileiro. São recorrentes os estudos que demonstram os esforços do governo federal em estabelecer uma ordem social sobre a população negra durante o período do pós-abolição. Não foram raros os episódios que ficaram conhecidos pela repressão do governo sobre a população negra na cidade durante aquele período. Entretanto, também é importante destacar que esses movimentos também foram marcados pela luta, pela resistência cotidiana, desvelando verdadeiras sagas pela liberdade, pelo reconhecimento e dignidade por parte da população que ainda vivia os efeitos do então recente regime escravista.

Por certo, o caso do padeiro José Antônio é típico do período. Entretanto, é a distinção espacial que nos chama a atenção. Como é possível encontrar na sua ficha, ele teria nascido na capital do Império, sendo possível que tenha nascido ainda no período entre a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, isto é, um “ventre livre”, como se conhecia as crianças na época de seu nascimento. Porém, por conta das inúmeras razões já

---

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo da Casa de Detenção. Notação 99. Número 620. Rio de Janeiro, 25 de março de 1895.

largamente difundidas pela historiografia, sua família saiu do Rio de Janeiro e foi viver em Maxambomba, ora chamada de “roça”, ora chamada de “sertão” pelas autoridades que cunharam a sua ficha na Casa de Detenção.

### **O sertão próximo versus o sertão distante**

Ainda no século XIX, Capistrano de Abreu ofereceu um importante exercício de descrição e análise do sertão do Brasil. Em suas ideias, esse exercício seria extremamente necessário para se conhecer as “profundidades” do território nacional, eliminar antigos paradigmas e oferecer um panorama do Brasil considerando outras faces até então não completamente explorada.<sup>3</sup> Algum tempo depois, Sérgio Buarque de Holanda também insistiu com a abordagem da cultura brasileira através das condições que os colonizadores encontraram no sertão brasileiro, sobretudo no que se refere aos significados que aquele território recebia pelas chamadas culturas.<sup>4</sup> Além desses, muitos outros pensadores brasileiros associaram a questão do sertão como um território distante do conhecimento da maioria da população, inviabilizando o pleno entendimento da cultura nacional e a elaboração de eficazes políticas públicas. Porém, essa não foi apenas uma preocupação republicana. Ainda no início do Império, o português Francisco de Paula Ribeiro destacou-se ao descrever o sertão do Brasil em suas viagens para o interior da Província do Maranhão. Um texto descritivo, mas com tal densidade que nos remete o território como um espaço de poder que deveria ser exclusivamente exercido pelo poder do Estado Imperial. Material de rico valor, reunido, compilado e editado por Manoel de Jesus Barros Martins.

Desde, pelo menos o século XVIII, que o território da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, era conhecido como o “sertão próximo”,<sup>5</sup> o que pode ser constatado na Carta Topográfica de Manoel Vieira Leão, datada de 1762. Assim como já assinalado pela historiografia e pelos estudos geográficos, era o sertão um lugar distante, de pouco conhecimento, onde se mantinha problemas de difíceis soluções ao

---

<sup>3</sup> ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial:1500-1800.5ª*. Edição. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

<sup>4</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>5</sup> É importante destacar que a ideia de “sertão próximo”, destacada ao longo do texto foi extraída de fontes de época, por conta de como uma parte do território fluminense ficou extensamente conhecido ao longo do início do século XX. Diferentes projetos sanitários e pedagógicos utilizaram essa distinção para justificar as intervenções do poder público ou denuncia as suas ausências. O trabalho de Julio César Paixão dos Santos (FIOCRUZ, 2008) problematiza essa questão de forma mais completa. Entretanto, ao identificar essa ideia em um documento policial indica que o “sertão próximo” do Rio de Janeiro estava para além das reflexões de intelectuais do presente e do passado, nos fazendo perceber que essa era uma ideia que povoava o cotidiano da população da capital federal.

largo. Mas era no conhecimento do sertão que também residia o conhecimento para o enfrentamento dos problemas nacionais. Como o “sertão próximo”, a Maxambomba do de nosso cozinheiro, o preto José Antônio, também era um lugar onde se mantinha distante os problemas da Capital Federal. Na roça de Maxambomba era desejada permanência da maior parte da população dos negros alforriados, por conta da Lei Áurea e que resolveram buscar novas oportunidades no espaço urbano. Uma parcela considerável de ex-escravos que viviam nas fazendas do interior fluminense, Minas Gerais e Espírito Santo deixou suas antigas referências, também desejosa de alcançar algum resultado das “promessas” de modernidade que povoava o discurso republicano.

Porém, foi nas primeiras metades do século XX que a ideia de “sertão próximo” recebeu relevância entre intelectuais e agentes públicos da capital federal. O estado do Rio de Janeiro refletia parte da realidade de todo o Brasil, com a presença de extensa população empobrecida vivendo uma realidade de pobreza, associada aos longos períodos de epidemias, recorrentes desde o século XIX, problemas que eram somados aos problemas com a falta de equipamentos de educação formal para os filhos daquela gente. Nesse sentido, um grupo de intelectuais da capital federal, liderados por Belisário Pena, entre outros, perceberam no sertão próximo do Rio de Janeiro um espaço de experiências científico-saneadoras e pedagógicas.<sup>6</sup> Desde o Segundo Reinado que eram comuns as intervenções do Estado na Baixada Fluminense, sobretudo no que se refere ao saneamento básico, ao combate às epidemias e as tentativas de estabelecer um sistema de Ensino Público naquele território.<sup>7</sup> Conquanto, é do início do século XX as principais intervenções do Estado e da sociedade civil na tentativa de dirimir os problemas que de alguma forma afetava a capital.<sup>8</sup> Porém, ainda havia um propósito mais ambicioso em se olhar com interesse para o sertão próximo. Os experimentos pedagógicos e saneadores bem sucedidos poderiam ser utilizados como modelo para o restante do Brasil.<sup>9</sup> De alguma forma, era o *sertão próximo* um lugar de elaboração de políticas e ações para ser replicadas em um *sertão mais distante*. Mas essa escolha não

---

<sup>6</sup> SANTOS, Júlio César Paixão. Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

<sup>7</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

<sup>8</sup> SOUZA, Marlúcia dos Santos. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local, 1900-1964. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2002.

<sup>9</sup> SANTOS, Júlio César Paixão. Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

era aleatória. A proximidade com a capital federal permitiria que os intelectuais e cientistas envolvidos naqueles projetos pudessem viver suas experiências no sertão, sem necessariamente ter que se distanciar dos acontecimentos e das transformações que ocorriam no centro da política nacional.

Além do mais, uma vez bem sucedido, esses projetos e experimentos ofereciam um território distante o suficiente para “empurrar” a população indesejada, capaz de atrapalhar os planos de higienização social em curso desde os primeiros anos republicanos. Assim, seria possível estabelecer a perspectiva do controle social, seja através do confronto, fiscalização ou detenção, como foi o caso narrado no início desse texto, ou através da criação de situações capaz de atrair e manter os excessos populacionais em um lugar com uma distância conveniente.

No campo do confronto, do controle e da detenção, pode-se afirmar que esse não foi um fenômeno exclusivo do Rio de Janeiro, nem tão pouco do Brasil. Segundo Patrick Bryan, a ideia de que a população de cor teria a necessidade de ser civilizada pela pequena parcela branca da sociedade da Jamaica no período pós-abolição não era uma novidade. Naquele país, ocorreram diferentes formas de controle sobre a população de cor, desde a demarcação das diferenças culturais e a distinção de classe entre as pessoas até a imposição religiosa. Essas e outras estratégias de controle e dominação buscavam uma legitimação teórica na ideia de *Darwinismo Social*. Contudo, foi a ação policial a estratégia mais recorrente e sempre contundente, jamais superada ou abandonada, mesmo após a implementação de projetos educacionais voltados para a população de cor emancipada.<sup>10</sup>

### **O Sertão próximo nos tempos do cativo: um lugar de confluências entre o litoral e o interior**

Pode-se dizer que desde o século XIX os senhores, escravos e viajantes estrangeiros viviam a dinâmica encontrada pelos intelectuais do século XX. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro fazia da Baixada Fluminense um lugar de trocas, um espaço de confluências entre o mundo urbano e o mundo rural. Essa perspectiva pode ser percebida, sobretudo em uma análise sobre escravos, como foi o caso de Joaquim Mina, que vivia em Santana da Palmeiras, próximo de Maxambomba.

---

<sup>10</sup> BRYAN, Patrick. *The Jamaican People, 1800-1902: Race, Class and Social Control*. Kingston: UWI Press, 1991.

No verão de 1883, Joaquim protagonizou uma séria briga com o feitor, tirando-lhe a chibata e desafiando sérios princípios que ainda sustentavam o já contestado regime escravista na Província Fluminense.

Após entregar a chibata ao seu senhor, nenhum argumento foi suficiente para convencê-lo de suas razões. O seu senhor, no intuito restaurar a ordem em sua propriedade autorizou que o próprio feitor castigasse fisicamente o africano rebelado. Após ir para o tronco, passar uma noite de vergonha e injustiça, no dia seguinte, Joaquim Mina esperou a hora da partida do Maria Fumaça que saía todos os dias às 8 h, da estação que havia em um distrito próximo e escapou da fazenda. Enquanto o feitor e seu senhor o procuravam pela floresta, perseguindo as trilhas que levavam para algum quilombo da Serra do Mar, Joaquim calmamente pegava o trem, atravessava todo o sertão próximo do Rio de Janeiro, até chegar a capital, de lá foi até a Niterói, onde pessoalmente procurou a Chefia de Polícia da Província Fluminense e exigiu um corpo de delito que provava que ele havia sido castigado recorrentemente com força desproporcional.<sup>11</sup>

Sem dúvidas, o caso de Joaquim Mina é uma questão para se pensar a partir do contexto de transformações sociais que se vivia no Rio de Janeiro e no Brasil, por conta das pressões abolicionistas, presentes em todos os setores da sociedade. Porém, neste momento, é a mobilidade de Joaquim Mina, que foge pela via ferroviária e atravessa o sertão próximo até chegar a capital, que nos interessa. Em trabalhos anteriores, eu já tenho apontado para a forte confluência entre a escravidão rural e a escravidão urbana que ocorria no Recôncavo do Rio de Janeiro durante esse mesmo período. Os escravos que viviam nas freguesias que formavam as vilas de Magé, Iguaçu e Estrela, sobretudo pela forte dinâmica do seu setor de transporte, apreenderam signos sociais e visões da liberdade do mundo urbano. Desde o século anterior muitos escravos gozavam de autonomia para se deslocar entre o recôncavo e a cidade do Rio de Janeiro constantemente. Com o advento do trem, é possível que esse deslocamento tenha se tornado diário. Assim, não é de se estranhar que no mesmo dia em que fugiu da freguesia de Santana das Palmeiras, no termo de Iguaçu, mas situada já no meio da serra

---

<sup>11</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

do Tinguá, Joaquim Mina tenha passado por Belém e atravessado parte da cidade do Rio de Janeiro até chegar à sede da Chefia de Polícia, em Niterói.<sup>12</sup>

Uma viagem entre Santana das Palmeiras e Niterói, com baldeações e passagem por Belém e a capital não era nada fácil e muito menos curta. As estradas de ferro que foram assentadas para facilitar os negócios senhoriais com o transporte do café produzido serra acima, de alguma forma também serviram a um escravo que tinha suspiros por justiça e alguma esperança de liberdade. Mas o fato foi que Joaquim Mina fez toda essa viagem sem nenhuma abordagem ou contratempo. Sidney Chalhoub chamou a atenção para as relações sociais subterrâneas que contemplavam os escravos, de forma que muitas vezes indivíduos fugidos passavam completamente anônimos na cidade esconderijo.<sup>13</sup> Flávio dos Santos Gomes assinalou que a região de Iguazu viveu uma situação semelhante, uma vez que escravos, quilombolas e taberneiros muitas vezes mantiveram relações que fugiam aos padrões idealizados pela classe senhorial, forjando o que ele chamou de campo negro.<sup>14</sup>

A proximidade com o Rio de Janeiro fazia do território localizado no pé da Serra do Mar um lugar privilegiado, pois seus moradores, livres ou escravos, tinham um fácil acesso às ruas da capital federal. No caso de Joaquim, o trem foi sua rota de fuga, incógnito no meio dos passageiros e mercadorias que diariamente eram transportadas pelo sistema de ferrovias, existente desde 1858. Porém, a via fluvial e as rotas terrestres já eram utilizadas com o mesmo propósito desde muito antes. Na mesma região de Joaquim Mina e do padeiro José Antônio, muitos escravos bem antes deles eram empregados como tropeiros e barqueiros, sendo responsáveis pelo escoamento da típica produção de alimentos praticadas nas pequenas propriedades do sertão próximo do Rio de Janeiro, bem como do seu abastecimento de produtos manufaturados chegados através do porto da capital.<sup>15</sup>

O constante trânsito de pessoas, mercadorias e informações entre o litoral e o sertão, propiciou uma circulação cultural que borravam as fronteiras entre o espaço rural e o espaço urbano. Ao refletir sobre essa questão, sobretudo pelas demarcações

---

<sup>12</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUFF, 2008.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>14</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>15</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011.

historiográficas no campo da escravidão no Brasil, foi possível afirmar que nesse sertão próximo da capital federal, havia uma dinâmica de confluências, dado a expressiva quantidade e recorrência de pessoas que circulavam entre aqueles dois mundos.<sup>16</sup> Da mesma forma que podemos afirmar que o *sertão distante* produziu o sertanejo forte, ligado com as questões da terra e marcado pela vida rural, também podemos afirmar que o *sertão próximo* também produziu outro tipo de brasileiro. Nesse caso, trata-se daquele cidadão suburbano que vive cotidianamente das culturas da terra, do sossego bucólico de um lugar mais distante, mas que com paciência para uma viagem de algumas horas, rapidamente se chega até a cidade, e dela usufrui todos os seus atrativos cotidianos. Ao que parece, esse foi o caso do jovem José Antônio, preso pelos agentes da Casa de Detenção, após embriagar-se pelas ruas do Rio de Janeiro.

Os moradores de um sertão próximo (como Maxambomba foi definida em diferentes ocasiões) eram os primeiros brasileiros até acesso aos direitos que mais facilmente circulavam pelas ruas da capital federal, mesmo que ali não vivessem oficialmente. Muitos trabalhavam pelas ruas, outros visitavam amigos e parentes, muitos se deslocavam por força de alguma questão burocrática. Assim, neste artigo tenho interesse em ampliar o debate sobre a cidadania no Brasil, sobretudo no contexto dos primeiros anos republicanos.

### **Cor, cidadania e pós-abolição no sertão próximo do Rio de Janeiro**

Não se tem dúvidas de que a abolição da escravidão provocou a intensificação do debate sobre a cidadania no Brasil. Nos primeiros anos republicanos, a cidadania era um desafio para as camadas dominantes da sociedade brasileira, sobretudo para o desafio de incluir os a população de cor no conjunto de direitos que se conhece por cidadania. Um longo desafio. A modernidade republicana seria para todos, mas nem todos tiveram acesso direto as suas benesses. O território da cidade do Rio de Janeiro passava por inúmeras transformações. Sua população negra, formada pela maioria de libertos pela Lei Áurea, não teve acesso direto a cidadania, caracterizando-se pela marginalização no acesso ao que se reconhece por cidadania. De acordo com José Murilo de Carvalho, a cidadania no Brasil é um fenômeno complexo e historicamente definido. O acesso a diferentes direitos, como o voto e a liberdade de expressão, não

---

<sup>16</sup> BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUFF, 2008.

garantiram automaticamente outros direitos como a segurança e o emprego. Segundo suas palavras, “a liberdade e a participação não levam diretamente à resolução de problemas sociais”. Normalmente, desdobra-se a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O pleno exercício da cidadania deveria atender e garantir o acesso de todos esses direitos, transformando as pessoas de “indivíduos” em “cidadãos”. Contudo, no Brasil, foi-se concebendo “cidadãos incompletos”, ou seja, pessoas com apenas alguns direitos, em detrimento de outros.<sup>17</sup>

O caso da prisão do jovem cozinheiro José Antônio, no meio da banalidade do registro de uma prisão, aparentemente frívola, sem depoimentos, sem autos de denúncia, sem longos processos, etc., oferece uma rica síntese das condições de vida da população de cor do sertão próximo do Rio de Janeiro no Pós-Abolição. A sua ficha remete às questões que mais foram valorizadas pela historiografia brasileira, que se debruçou sobre as condições dos antigos escravos durante os primeiros anos do regime republicano. Ao contrário do que se possa pensar, o jovem cozinheiro não era um vadio ou vagabundo. Talvez ébrio, mas é difícil afirmar se ele estava sempre daquela forma, uma vez que sua estada na prisão não demorou mais do que quatro dias. É importante perceber que ele não é mais chamado de “o preto José Antônio”, mas, ao contrário, ele é identificado como José Antônio Duarte, cuja cor era preta. É claro que a presença da cor do cozinheiro carrega significados, entretanto, o fato da cor passar como predicativa e não como primeira composição do sujeito é fundamental para que se entendam as mudanças que a população de cor experimentava naqueles primeiros tempos de efetiva liberdade. Nesse caso especificamente, não apenas a cor, mas também o território, demarcando indivíduos como alguém duplamente necessitado de controle social. Sem dúvida, esse não era o único requício dos tempos de escravidão que ainda persistia nos tempos da liberdade republicana. É possível afirmar que esse debate atravessou fronteiras e territórios, sendo sua reflexão possível tanto no litoral, no sertão próximo ou nos rincões mais profundos do Brasil.

A escravidão legitimava a inferioridade das pessoas de cor enquanto ela existiu. De acordo com Lilia Schwarcz, essa posição inibiu qualquer debate sobre a cidadania da população mais próxima da escravidão ao longo de todo o período imperial. Com efeito, os cativos tinham em seus proprietários a referência para a determinação de seus

---

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

destinos. Com a abolição do cativo e da monarquia, a questão racial passou a ser percebida com maior relevo, pois, enquanto propriedade, o escravo era por definição o “não cidadão”. Com o início do período republicano, a questão do alargamento da noção de cidadania estava na ordem do dia. Na ordem do dia também estavam as formas como a população de cor exerceria seus direitos, o que os tornaria de fato cidadãos. Entre as diferentes possibilidades que surgiram ao longo do debate, o “embranquecimento” da sociedade brasileira foi a que recebeu maior destaque, pois, entre outros argumentos, encontrava no discurso científico a sua principal justificativa.<sup>18</sup>

Neste caso, seria importante ressaltar que o discurso científico dava conta de um embranquecimento físico e genético. Contudo, é flagrante a insistência de um embranquecimento cultural. Não foram raras as iniciativas governamentais e filantrópicas que se destinavam a modificar o modo de vida da população de cor. A liberdade teria que ser uma porta de entrada para a consolidação de uma sociedade civilizada baseada na cultura europeia, a despeito que a maioria da população brasileira tinha nas sociedades africanas a sua origem.

A mobilidade espacial e a autonomia no trabalho foram fundamentais para o acesso à propriedade, princípios básicos que foram demarcados ao longo do debate sobre o fim da escravidão e o início do tempo da liberdade. Contudo, esse debate foi delineado pelas preocupações senhoriais em não perder o controle e a hegemonia na sociedade brasileira. Assim, diferentes aspectos da vida da população de cor durante o período da pós-abolição ainda são fundamentais para que seja possível entender esse processo. Nesse sentido, há um tempo marcado por rupturas e continuidades. Uma intercessão de avanços e permanências que caracterizaram a vida da população de cor no início do século XX.

Não se pode dizer que a mobilidade espacial e a autonomia do trabalho foram prerrogativas do espaço urbano. Da mesma forma, não é possível afirmar a exclusividade da manutenção do poder dos antigos senhores apenas no mundo rural. Contudo, a bibliografia sobre a escravidão no Brasil Oitocentista tem demonstrado certa polaridade nesse sentido. No caso do sertão próximo do Rio de Janeiro, as suas características rurais e a sua proximidade com a capital federal, ainda mais intensa com o advento do trem, faziam com que essas realidades fossem cada vez mais borradas,

---

<sup>18</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

envolvendo diferentes possibilidades tanto da população de cor, quanto dos antigos senhores e seus descendentes. O fim da escravidão e do regime imperial provocou diferentes transformações no sertão próximo do Rio de Janeiro, mas nem de longe isso significou o abandono das suas terras. Pelo contrário, em poucos anos a sua população conheceu um crescimento exponencial.

A lavoura continuou como a principal atividade produtiva. A escravidão deu lugar a outras modalidades de exploração do trabalho. O campesinato assalariado e as meações juntavam-se aos sitiantes e posseiros. As famílias de pequenos agricultores tornaram-se ainda mais comuns na região, evidenciadas pela maior presença de filhos registrados com o reconhecimento paterno, tanto nos livros eclesiásticos como nos assentos cartoriais. Esses indícios oferecem regularidades, experiências compartilhadas e modos de vida semelhantes que contribuem para a caracterização da região durante aquele período. Entretanto, não se pode perder de vista as inúmeras atividades que se exerciam na cidade do Rio de Janeiro, provocando um fenômeno que por muito tempo ficou conhecido como *cidade dormitório*, à medida que, ao longo do século, as pessoas foram abandonando as atividades agrícolas e se engajando nos empregos na indústria e no comércio da capital.

No Brasil, o controle da população de cor na virada dos séculos XIX e XX era uma estratégia que mobilizava diferentes departamentos institucionais da capital federal. O interessante é pensar que todas as ações governamentais que envolviam a população de cor foram sempre introduzidas pela força policial. Sidney Chalhoub, por exemplo, demonstrou a truculência policial e o discurso oficial que reduzia a população de cor do Rio de Janeiro a uma grande massa que deveria ser controlada e dirigida por uma elite que se fazia representar no governo republicano. A modernidade não foi debatida, mas imposta, sobretudo no caso das vacinações públicas e na derrubada dos cortiços, importantes transformações, mas que jamais foram introduzidas pelo diálogo e sim pela força policial.<sup>19</sup>

O debate da cidadania realmente é instigante e provocador. Os diferentes aspectos que podem ser abordados a partir desse tema requerem cuidados para que não se perca o foco deste momento. A lei de 1888 consolidou o primeiro dos direitos civis, passo fundamental para o exercício da cidadania: a liberdade. Contudo, ainda faltava

---

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

muito para a população de cor, como o jovem cozinheiro descrito, no pleno exercício desse direito, uma vez que o seu ir e vir estava sujeito ao controle do Estado, que tinha no corpo policial o seu principal agente. Além disso, também há de se perceber que a circulação de pessoas de Maxambomba pelas ruas da capital poderia ser motivação suficiente para a prisão, uma vez que o controle social não funcionava, sendo necessário o controle policial. Eu penso que isso mereça uma melhor explicação: desde os tempos da escravidão que cativos e libertos viviam sob um controle social. A circulação cotidiana das pessoas pelas ruas da cidade era de alguma forma controlada pela sociedade através de um constante vigiar de indivíduos livres preocupados com a ordem. Contudo, quando esse controle já não tinha efeito, era necessário acionar o controle policial, agentes prontos para recolocar os limites sobre a população.

Não é muito difícil encontrar casos de prisão por vadiagem e embriaguez nos documentos policiais. Essas eram justificativas corriqueiras para a atuação dos agentes policiais. O controle e a ordem eram as verdadeiras motivações. Esse jogo tinha o objetivo de manter a população de cor em um lugar de sujeição social, cujo processo de reconhecimento se daria apenas através das regras e limites apontadas pela elite branca e letrada, independente do fim da escravidão e da fundação do regime republicano no país. No sertão próximo do Rio de Janeiro, região de Maxambomba e de Meriti, durante esse processo de transição, são inúmeras as ações que revelam esse jogo, como a Escola Regional de Meriti, a fundação do Hospital Iguaçu e o Núcleo Colonial São Bento.

Eu não tenho dúvida de que foi o significado de liberdade daqueles tempos que provocou a prisão de diferentes sujeitos que se enquadravam no mesmo caso que aquele cozinheiro de Maxambomba. Era comum encontrar muitas daquelas pessoas pelas ruas. Em muitos casos, era necessário manter alguma relação com os antigos senhores, fundamental para assegurar a liberdade. Após a lei Áurea, os ex-escravos passaram, pelo menos na prática, a contar com a “proteção” do Estado. A impessoalidade dessa relação não tornou os excessos mais comuns, mas os tornou uma questão de Estado. Era necessário impor a ordem republicana, uma vez que agora todas aquelas pessoas que haviam vivido sob a égide do cativo eram livres. A liberdade colocava a questão da cidadania na ordem do dia. Era preciso ampliar o acesso aos direitos para as pessoas, pois seria o Estado de Direito que garantiria ordem e desenvolvimento para a sociedade brasileira. Neste sentido, nota-se que o Estado começou pela repressão e não pela formação ou pela educação.

José Antônio Duarte tinha apenas 21 anos de idade. Isso significa que ele havia nascido em 1874, ou seja, ele tinha sido um “ingênuo”, como foram chamadas as crianças que nasceram depois da lei do Ventre Livre. Segundo sua ficha policial, ele tinha nascido no Rio de Janeiro, na altura daquele tempo, vivia na “roça de Maxambomba”. Nesse tempo, Maxambomba era a sede da Iguaçu, cujo arraial em torno da estação ferroviária tinha testemunhado algum desenvolvimento urbano. Assim, qualquer lugar que ainda mantinha as atividades agrícolas que se praticavam desde um período anterior poderia ser classificado como “roça”, os seus arredores, como “sertão”. Essa perspectiva retoma a “mobilidade espacial”, um dos fundamentais princípios do exercício da liberdade durante o tempo do cativo e que se manteve forte nos hábitos e interesses das pessoas após a lei Áurea. Mas o exercício da liberdade não era pleno, o que dificultava o acesso ao primeiro dos direitos civis: o de ir e vir. Assim, coloca-se a questão da cidadania para a população de cor do sertão próximo do Rio de Janeiro, atualmente conhecido como Baixada Fluminense.

Os limites para o exercício da liberdade impunham os limites ao direito da mobilidade espacial. Durante esse período, não apenas Maxambomba, atualmente o centro de Nova Iguaçu, era conhecida como “roça”. O distrito de Meriti, atual centro de Duque de Caxias, também era comumente conhecido como “sertão próximo”, o que mostra bem a visão que se tinha da região durante o início do século XX. Não se pode esquecer que não demorou muito para que toda a região fosse integrada pelo trem (meio de transporte que José Antônio provavelmente tomava, para se deslocar de Maxambomba para a capital), o que facilitava o deslocamento diário das pessoas. Porém, o aceleramento do ritmo das viagens provocou o abandono de qualquer relação que as pessoas da capital mantinham com a Baixada Fluminense, o que foi aos poucos, se não provocando o aumento do distanciamento e do interesse, por certo, iniciou-se a elaboração das ideias de atraso e criminalidade que se cristalizaram no imaginário carioca ao longo de todo século XX.

Mas esse também é um período intenso para a cidade do Rio de Janeiro. Muitas transformações urbanas começavam a se tornar inevitáveis. Nesse contexto, sem dúvida, a vida da população de cor foi muito envolvida. O processo de “empurrar urbano” provocou o deslocamento demográfico para as regiões periféricas da cidade, incluindo os morros que se favelizaram. Mas os bairros e distritos cortados pelos diferentes ramais da malha ferroviária que se expandia pela região metropolitana também foram lugar de

estabilização da população de cor que precisava se retirar dos lugares centrais da capital, eram as transformações urbanas chegando ao sertão próximo, talvez mais uma forma de se distanciar de antigos problemas.

### **Considerações finais**

Por certo que José Antônio, assim como uma significativa parte da população da Baixada, tinha parentes no interior, vivia na Baixada e tinha outros parentes ou amigos próximos na cidade. Mesmo “sob controle”, essas pessoas utilizavam as conexões familiares para poder circular entre os diferentes lugares com os quais mantinham alguma referência. Esse é um tempo de trocar de lugar, fruto de uma procura cada vez mais intensa pela melhoria da qualidade de vida, um processo de vivificação do desejo de ser reconhecido como cidadão. Contudo, as raízes que se deixavam para trás eram de alguma forma preservadas através de hábitos, tradições e conexões entre as redes familiares e de amigos próximos que foram mantidas, independente da distância física ou geográfica.

A Baixada Fluminense era reconhecida como um sertão próximo da cidade do Rio de Janeiro, lugar de experimentos para as iniciativas pedagógicas e sanitárias do governo federal durante o início do século XX. Não foram poucas as iniciativas republicanas na região justificadas como exercícios ou experimentos para que posteriormente fossem aplicados em todo o Brasil, incluindo o que chamei ao longo do texto de *sertão distante*, em oposição a ideia de sertão próximo, longamente enfatizada ao longo desse texto. Entretanto, aquele também era o período de pós-abolição do Brasil e, como tal, marcado por fortes tensões sociais, uma vez que o recente fim da escravidão ampliava a questão da cidadania no Brasil. Neste sentido, o território fluminense que ficou conhecido como sertão próximo também ganhou relevo nos interesses dos governos republicanos, já que a maior parte de seus moradores faziam parte da população negra, que vivia na região desde os tempos do cativo.

## Bibliografia

ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial:1500-1800.5ª*. Edição.Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ALVES, José Cláudio de Souza. Baixada Fluminense: o código genético social de uma periferia. Em: *Revista FEUDUC/PIBIC/CEPEA*. Duque de Caxias, 1999, p. 65-88.

ALVES, José Cláudio de Souza. Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2002.

BARROS, Alexandre Rosário. A família escrava sob a pena do ventre cativo. Pilar, 1871-1888. Trabalho final do Curso de Pós-Graduação em História Social da Baixada Fluminense. Universidade do Grande Rio, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. Nos seios da escravidão: um olhar sobre alforrias negociadas por mulheres escravas. Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, século XIX. In *Revista Outros Tempos*. Volume 7, número 10. São Luís: UEMA, 2010.

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, biografias e a memória dos excluídos. In *Revista Histórica*. Ano 7, número 49. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2011.

Nielson Rosa Bezerra. Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra. In: Mariza Soares e Nielson Bezerra (orgs). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011, p. 195-216.

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão e saúde: a doença do corpo e a cura da alma no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX. In: *Revista Pilares da História*. Ano 10. Número 12. Duque de Caxias: ASAMIH, 2011, p. 71-80.

BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BRAZ, Antônio Augusto. Vidas em transição: a cidade e a vida na cidade de Duque de Caxias nas décadas de 30, 40 e 50 do século XX. Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra, 2006.

BRYAN, Patrick. *The Jamaican People, 1800-1902: Race, Class and Social Control*. Kingston: UWI Press, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FVG, 2007.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito-Sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2012.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: EdUSP, 1965.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRÓES, Vânia. *Município de Estrela (1846-1892)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1974.

FURET, François. "Da história-narrativa à história-problema". Em: *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, [19--], p. 81-98.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GRAHAM, S. L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- GRINBERG, Keila. *Liberata – a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz Guedes. Cenários do processo de escolarização no Recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú, 1833-1858. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LOVEJOY, Paul. *Identity in the Shadow of Slavery*. London: Continuum, 2000.
- MATTOS, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: FPA, 2001.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: UCITEC, 1997.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito a terra do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- OLIVEIRA, Iolanda (org.). *Cor e Magistério*. Niterói: EdUFF, 2006.
- PACHECO, Paulo Henrique da Silva. Moral e disciplina: monges e escravos no espaço beneditino da Corte Imperial. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, Sandra Godinho Maggessi. Vozes afro-caxienses: ecos políticos-culturais dos movimentos de resistência negra em Duque de Caxias (1949-1968). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, 2006.
- PORTO, Ângela (org.). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007. (CD-ROOM)
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses*. Reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1994.

SANTOS, Júlio César Paixão. Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. Cor, identidade e mobilidade social: africanos e libertos no Rio de Janeiro, 1870-1888. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Volume 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da. Ações educativas do movimento higienista na Baixada Fluminense (1920-1930): educar e civilizar pelo Ensino Primário. In: *Revista Pilares da História*. Ano 10, número 12. ASAMIH, 2011, p. 7-16.

SILVA, Vilma Correa Amâncio da Silva. Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2008.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha. Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1998.

SOARES, Mariza de Carvalho e BEZERRA, Nielson Rosa (orgs). *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (Séculos XVII-XIX)*. Niterói: EdUFF, 2011.

SOUZA, Marlúcia dos Santos. Escavando o passado da cidade: Duque de Caxias e os projetos de poder político local, 1900-1964. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2002.

SOUZA, Sonali Maria de. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.